



FL. Nº  
Anexo – notas taquigráficas  
Proc. nº  
CMSP – NOME DA CPI  
Nome - RF

**CÂMARA MUNICIPAL DE  
SÃO PAULO**

**SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR**  
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

**COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO COM A FINALIDADE DE INVESTIGAR O  
FUNCIONAMENTO DOS VALETS NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO**

**(PROCESSO RDP Nº 08-00056/2017)**

**PRESIDENTE: SONINHA FRANCINE**

TIPO DA REUNIÃO: ORDINÁRIA.

LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo

DATA: 10/04/2018

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Manifestação fora do microfone
- Documento lido a ser encaixado pela Secretaria da Comissão



**A SRA. PRESIDENTE (Soninha Francine)** – Declaro aberta a primeira reunião ordinária da Comissão Parlamentar de Inquérito com a finalidade de investigar o funcionamento dos *Valets* no Município de São Paulo, Processo RDP nº 08-00056/2017, com a presença da Vereadora Edir Sales, da Vereadora Soninha Francine, do Vereador Fernando Holiday e do Vereador Fabio Riva.

Informo que esta reunião está sendo transmitida através do portal da Câmara Municipal de São Paulo, no endereço [www.camara.sp.gov.br](http://www.camara.sp.gov.br), link Auditórios *On-Line*.

Gostaria de passar agora para a eleição do Relator. Alguma indicação? (Pausa)

**A SRA. EDIR SALES** – Eu gostaria, Presidente, de indicar o nobre amigo e Vereador Fabio Riva.

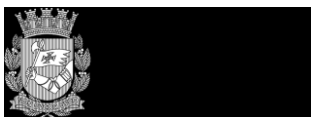
**A SRA. PRESIDENTE (Soninha Francine)** – Consulto o Vereador se aceita a indicação.

**O SR. FABIO RIVA** – Aceito, Presidente, Soninha, com muita satisfação.

**A SRA. PRESIDENTE (Soninha Francine)** – Então, não havendo outros candidatos, os que estiverem favoráveis, permaneçam como estão. (Pausa) Está aprovado o Vereador Fabio Riva como Relator. Parabéns e obrigada pela disposição.

**O SR. FABIO RIVA** – Muito obrigado. Eu queria agradecer ao Vereador Fernando Holiday, à Vereadora Soninha Francine, Presidente, e à Vereadora Edir Sales, pela confiança na Relatoria desta CPI.

**A SRA. PRESIDENTE (Soninha Francine)** – Nós temos uma série de requerimentos a aprovar para dar início aos trabalhos. No primeiro momento, nós vamos solicitar informações de vários órgãos públicos que tenham alguma relação com o tema da autorização para o funcionamento dos *valets*, para que, de posse dessas informações, nós, então, decidamos quem será convidado para esclarecer além disso. Quer dizer, em vez de a gente, de cara, ter um convidado que vai responder às nossas perguntas e deixar de responder outras, até por não estar preparado para isso e ficar devendo outras respostas, a gente vai se



RODÍZIO: 01-11

TAQUIGRAFO(A):

EVENTO: 17208

DATA: 10/04/2018

FOLHA: 2

ORADOR(A): CPI DOS VALETS

antecipar, vamos pedir o maior número possível de informações para que, de posse, então, delas, os nossos convidados sejam informados o que mais nós vamos querer que eles nos forneçam.

Antes de passar para a aprovação dos requerimentos, eu gostaria que os membros da assessoria da CPI se apresentassem, por favor. Não sei se tem algum microfone com fio disponível... Todos, tá. Nome e qual a função a ser exercida aqui na assessoria da Comissão.

**O SR. FELIPE FARIA DA SILVA** – Meu nome é Felipe. Eu sou Procurador e eu estou junto aqui com o Michel e com o nosso estagiário Douglas para assessorar a CPI. Já fizemos um trabalho, elaboramos aí um quadro e estamos à disposição dos Vereadores. Obrigado.

**A SRA. PRESIDENTE (Soninha Francine)** – Obrigada.

Vamos ouvir a voz dos outros dois que já foram apresentados.

**O SR. MICHEL ALLAN MOFSOVICH** – Bom dia. Eu sou o Michel. Sou Procurador aqui na Casa e estou à disposição também.

**A SRA. PRESIDENTE (Soninha Francine)** – Muito obrigada.

- Manifestação fora do microfone.

**A SRA. PRESIDENTE (Soninha Francine)** – Ah, está bem.

**O SR. DOUGLAS LEVI ORTA** – Bom dia. Eu sou o Douglas. Sou estagiário e vou ajudar os Procuradores a assessorar o trabalho da CPI.

**A SRA. PRESIDENTE (Soninha Francine)** – Obrigada.

**O SR. MILTON SOMOGYI** – Bom dia. Eu sou o Milton. Eu sou da secretaria da CPI, que faz a parte administrativa da Comissão, e comigo estão o Marcelo e o Maurício.

**A SRA. PRESIDENTE (Soninha Francine)** – Gostaria que se apresentassem também.

**O SR. MAURÍCIO HAYASHIDA** – Bom dia a todos. Meu nome é Maurício e também trabalho na secretaria das CPIs.



**A SRA. PRESIDENTE (Soninha Francine)** – Muito obrigada, Maurício.

**O SR. MARCELO FLORENTINO DA SILVA** – Bom dia, Presidente. Bom dia a todos. Bom dia, membros. Eu sou o Marcelo, secretário da CPI.

**A SRA. PRESIDENTE (Soninha Francine)** – Eu queria dizer para todos vocês que estejam à vontade para fazerem sugestões baseados ou nas experiências anteriores de CPI, com as quais vocês já trabalharam ou mesmo a partir do tema desta CPI. Por favor, sintam-se à vontade para não apenas reagirem a solicitações nossas, mas para trazerem também contribuições.

Vou passar, então, à leitura para deliberação dos requerimentos.

Solicito à Vereadora Edir Sales que faça a leitura.

- É lido o seguinte: (Requerimento da Vereadora Soninha Francine. Requer da Secretaria Municipal das Prefeituras Regionais informações de quantos serviços de valets operam com regularidade na cidade de São Paulo cumprindo as determinações da legislação em vigor, dentre outras).



RODÍZIO: **01-11**

TAQUIGRAFO(A):

EVENTO: **17208**

DATA: **10/04/2018**

FOLHA: **4**

ORADOR(A): **CPI DOS VALETS**

- É lido o seguinte: (Requerimento da Vereadora Soninha Francine. Requer informações dos Consegs que atuam na região das Prefeituras Regionais da Sé, Vila Mariana, Pinheiros, Lapa, Mooca e Santana sobre reclamações relativas a serviços de valets).



RODÍZIO: **01-11**

TAQUIGRAFO(A):

EVENTO: **17208**

DATA: **10/04/2018**

FOLHA: **5**

ORADOR(A): **CPI DOS VALETS**

---

- É lido o seguinte: (Requerimento da Vereadora Soninha Francine. Requer ao Departamento de Polícia de Proteção à Cidadania informações sobre o funcionamento do serviço de valet, em especial das ações já vetadas pelo referido órgão).



RODÍZIO: **01-11**

TAQUIGRAFO(A):

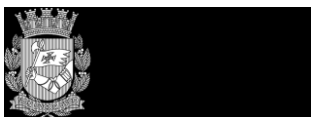
EVENTO: **17208**

DATA: **10/04/2018**

FOLHA: **6**

ORADOR(A): **CPI DOS VALETS**

- É lido o seguinte: (Requerimento. Requer à Secretaria Municipal de Segurança Urbana informações sobre reclamações referentes ao funcionamento de serviços de valet, bem como ações que a Secretaria acompanhe ou coordene).



RODÍZIO: **01-11**

TAQUIGRAFO(A):

EVENTO: **17208**

DATA: **10/04/2018**

FOLHA: **7**

ORADOR(A): **CPI DOS VALETS**

- É lido o seguinte: (Requerimento. Requer aos responsáveis do sistema SAC e 156 informações sobre a quantidade de solicitações e reclamações referentes a serviços de valet com data de registro, status e órgão em que se encontram).





RODÍZIO: **01-11**

TAQUIGRAFO(A):

EVENTO: **17208**

DATA: **10/04/2018**

FOLHA: **8**

ORADOR(A): **CPI DOS VALETS**

---

- É lido o seguinte: (Requerimento. Requer à Fundação Procon-SP informações referentes ao funcionamento de serviços de valet).



RODÍZIO: **01-11**

TAQUIGRAFO(A):

EVENTO: **17208**

DATA: **10/04/2018**

FOLHA: **9**

ORADOR(A): **CPI DOS VALETS**

- É lido o seguinte: (Requerimento à Presidente da CPI. Requer informações/documentos/convite/convocação/intimação/diligência e solicita que os documentos apresentados pelos membros da CPI, requerimentos, etc, bem como os documentos recebidos, atas e outros sejam publicizados no *site* da Câmara Municipal de São Paulo, em link próprio da CPI, exceto em casos de confidencialidade ou sigilo deliberado pelos membros).



RODÍZIO: **01-11**

TAQUIGRAFO(A):

EVENTO: **17208**

DATA: **10/04/2018**

FOLHA: **10**

ORADOR(A): **CPI DOS VALETS**

---

- É lido o seguinte: (Requerimento. Solicita um funcionário da equipe da assessoria e consultoria de Administração Pública para prestar assessoria a esta Comissão até o seu encerramento).



**A SRA. EDIR SALES** – Estão lidos, Sra. Presidente.

**A SRA. PRESIDENTE (Soninha Francine)** – Em discussão. (Pausa) Não há oradores inscritos. Em votação. Os Vereadores que estiverem favoráveis aos requerimentos, permaneçam como estão. Aprovado.

**O SR. FABIO RIVA** – Sra. Presidente, pela ordem.

**A SRA. PRESIDENTE (Soninha Francine)** – Tem a palavra.

**O SR. FABIO RIVA** – Como eu não vi se V.Exa. viu na pauta, mas a gente também poderia fazer, hoje, como praxe nas CPIs, a escolha do Vice-Presidente da Comissão. Não sei se o Vereador Fernando Holiday tem alguma oposição, eu queria fazer a indicação da Vereadora Edir Sales como Vice-Presidente da CPI, da Comissão Parlamentar de Inquérito dos *Valets*.

**A SRA. PRESIDENTE (Soninha Francine)** – Pergunto aos demais Vereadores se têm alguma outra indicação.

**O SR. FERNANDO HOLIDAY** – Não, não tenho nenhuma oposição.

**A SRA. PRESIDENTE (Soninha Francine)** – Pergunto à Vereadora Edir Sales se aceita a indicação.

**A SRA. EDIR SALES** – Aceito. Vamos trabalhar juntos. É uma Comissão tão forte, tão séria, não é, que nós vamos aí, em conjunto com toda a nossa Comissão, com todos os membros Vereadores realmente preocupados com a cidade de São Paulo, com os *valets* da cidade de São Paulo, como são utilizados, quais as situações irregulares, para que sejam corrigidos nesse tema que é tão importante.

**A SRA. PRESIDENTE (Soninha Francine)** – Em votação. Os Vereadores que estiverem favoráveis à indicação da Vereadora Edir Sales, permaneçam como estão. (Pausa) Está aprovado.

Vou fazer algumas observações a respeito dos requerimentos aprovados aqui. Em relação aos pedidos de informação, claro, se basearam não só nos órgãos diretamente



RODÍZIO: 01-11

TAQUIGRAFO(A):

EVENTO: 17208

DATA: 10/04/2018

FOLHA: 12

ORADOR(A): CPI DOS VALETS

envolvidos com a autorização, a permissão e a fiscalização dos *valets*, mas também com os Consegs, até porque eles foram muito citados na outra CPI dos *Valets* que aconteceu aqui, da qual nasceu a lei em vigor. Então, eles se referiam muito a reclamações feitas junto aos Consegs. Por isso, eu entendi que, sabendo que os Consegs são o lugar de reclamações sobre todos os assuntos - afinal, tudo, de um jeito ou de outro, diz respeito à questão de segurança - então, por isso, a solicitação dirigida a eles também.

Pedi que as solicitações sejam enviadas, inicialmente, por *e-mail* e, no *e-mail*, é possível fazer essa opção para a gente fazer, automaticamente, a confirmação de que o *e-mail* chegou e, depois, de que ele foi lido, pelo menos que alguém abriu. Então, por isso, para adiantar o serviço. Porque, muitas vezes, os nossos requerimentos, até chegarem à Presidência da Casa, serem assinados pela Presidência da Casa, serem remetidos, com isso, perde-se um tempo e, no caso, a gente está pedindo um volume considerável de informações. Então, quanto antes chegar o pedido, e eles nos puderem enviar, melhor. Tenho certeza de que os Colegas concordam com isso.

Eu solicitei à assessoria da Comissão que fizesse um comparativo entre os decretos que regulamentam a Lei 13.763 de 2004 – a CPI anterior foi em 2003, a lei foi sancionada em 2004. O decreto regulamentador que vigia até novembro do ano passado era da gestão Kassab, e agora, em dezembro de 2017; aliás, logo depois do acontecimento trágico que foi a colisão e que causou a morte de uma pessoa, causada por um manobrista de valet embriagado, em altíssima velocidade. Foi a partir dessa ocorrência que eu requeri a instalação de um a CPI para tratar desse assunto novamente. Um pouco depois disso, em dezembro de 2017, foi editado um novo decreto, e eu pedi para a assessoria analisar o que mudou de um decreto para outro, e eles fizeram essa análise, e o nosso assessor trouxe aqui para projeção.

Eu nunca sei onde apaga a luz. (Pausa)

Eu vou fazer a leitura em voz alta do texto atual e com os comentários, também para ficar gravado, para facilitar para quem estiver acompanhando pela internet. Então, esse é



o Decreto de 8 de dezembro de 2017: “A Lei nº 13.763, de 2004, que estabelece normas para o exercício da prestação de serviços de manobra e guarda de veículos, também conhecidos como "valet services", no âmbito do Município de São Paulo, fica regulamentada nos termos deste decreto.”

“Art. 2º Nas situações habituais, o uso do espaço público para a prestação dos serviços de que trata este decreto dependerá da expedição de: I - Termo de Permissão de Uso de bem público; II - Autorização para Embarque e Desembarque - Serviços de "Valet". Parágrafo único. Para os fins deste decreto, consideram-se situações habituais aquelas em que os serviços de manobra e guarda de veículos são utilizados por estabelecimentos que exerçam uso permanente, explorando sua atividade de forma regular e habitual, de acordo com as normas em vigor.” Uma vez que existem grandes eventos que também exigem a prestação de serviços de *valet*, então, a lei se refere especificamente a esses casos.

“Art. 3º O Termo de Permissão de Uso será expedido, a título precário e oneroso, para cada local de prestação de serviços de "valet", pela Prefeitura Regional competente, mediante despacho fundamentado do Prefeito Regional, conforme modelo constante do Anexo I integrante deste decreto.” Até aqui o texto é basicamente o mesmo.

“Art. 4º A Autorização para Embarque e Desembarque - Serviços de "Valet" será emitida, para cada local da prestação desses serviços, pela Companhia de Engenharia de Tráfego - CET, conforme modelo constante do Anexo IV integrante deste decreto. § 1º A emissão da autorização de que trata este artigo e a correspondente sinalização obedecerão aos critérios estabelecidos por normas técnicas específicas editadas pela CET. § 2º O tipo de sinalização, permanente ou temporária, deverá ser especificado na autorização a que se refere este artigo. § 3º - e aqui tem uma mudança “Quando se tratar de sinalização permanente, a área para manobra de veículos e operação de embarque e desembarque de passageiros restringir-se-á à testada do estabelecimento que utiliza os serviços de "valet", exceto na hipótese de estudo técnico da CET concluindo pela necessidade de estabelecer local diverso. §

RODÍZIO: **01-11**

TAQUÍGRAFO(A):

EVENTO: **17208**DATA: **10/04/2018**FOLHA: **14**ORADOR(A): **CPI DOS VALETS**

4º Em casos excepcionais e a critério da CET, as áreas de embarque e desembarque de passageiros poderão atender a mais de 1 (um) estabelecimento.” Então, a mudança aqui, conforme a assessoria verificou, é que prevê uma exceção à regra de que o serviço de *valet* deve se restringir à testada do estabelecimento.

“Art. 5º A empresa prestadora dos serviços de "valet" deverá formular, para cada local da prestação desses serviços, um único requerimento à Prefeitura Regional competente solicitando o Termo de Permissão de Uso e a Autorização para Embarque e Desembarque - Serviços de "Valet", instruído com os seguintes elementos: I - croqui ilustrativo da área de atuação pretendida, em 2 (duas) vias, conforme modelo constante do Anexo III integrante deste decreto, contendo, no mínimo: a) localização e testada do lote em que o estabelecimento que utiliza os serviços de "valet" está instalado; b) área pretendida na via pública para manobra, embarque e desembarque de usuários; c) forma de ocupação do passeio, indicando a disposição e descrição do material que, eventualmente, será usado para a execução e divulgação dos serviços de "valet", tais como bancada, cabine e guarda-sol, desde que não seja ultrapassada a área máxima de ocupação e projeção de 1,50m<sup>2</sup> (um metro e cinquenta decímetros quadrados), respeitada a largura mínima de passeio de 1,20m (um metro e vinte centímetros) destinada à circulação exclusiva de pedestres; d) localização do estacionamento em que os veículos serão guardados, conforme declaração técnica subscrita por profissional com registro no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA, de acordo com o modelo constante do Anexo III integrante deste decreto; e) trajetos de ida e volta entre o estabelecimento e o estacionamento; f) horário pretendido para a execução dos serviços de "valet", horário de funcionamento do estabelecimento que utiliza esses serviços e sua capacidade de lotação; II - documentos comprobatórios do seu atendimento às seguintes exigências: a) estar regularmente constituída, mediante contrato social ou documento equivalente e respectivas alterações registrados no órgão competente; b) ser inscrita no Cadastro de Contribuintes Mobiliários - CCM e como contribuinte do Imposto Sobre Serviços de

RODÍZIO: **01-11**

TAQUÍGRAFO(A):

EVENTO: **17208**DATA: **10/04/2018**FOLHA: **15**ORADOR(A): **CPI DOS VALETS**

Qualquer Natureza - ISS; c) ter celebrado contrato de seguro para cobertura de incêndio, furto, roubo, colisão de veículos e quaisquer danos materiais causados ao veículo e seguro de percurso, do qual conste o local de guarda dos veículos, o local de embarque e desembarque dos usuários e o percurso entre ambos os locais; d) ter, em seus quadros, número suficiente de motoristas, de modo a evitar transtornos no trânsito, habilitados para a condução de veículos automotores, no mínimo, da categoria B; III - documentos comprobatórios do atendimento, por parte do estabelecimento que utiliza os serviços de "valet", tais como restaurante, bar, teatro, danceteria e congêneres, das seguintes exigências: a) declaração de anuência quanto à prestação dos serviços de "valet", conforme modelo constante do Anexo VI integrante deste decreto; b) estar regularmente constituída, mediante contrato social ou documento equivalente e respectivas alterações registrados no órgão competente; IV - Relatório Técnico de Impacto de Vizinhança - RIVI, se necessário, nos termos da legislação vigente. § 1º A declaração de que trata a alínea "a" do inciso III do "caput" deste artigo deverá ser subscrita pelo representante legal do estabelecimento ou por quem detenha poderes específicos para tanto e vir acompanhada de documentos hábeis à comprovação da qualidade do subscritor. § 2º Os documentos exigidos nas alíneas "a", "b" e "d" do inciso II do "caput" deste artigo poderão ser substituídos pelo Certificado de Inscrição no Cadastro Municipal das Empresas Prestadoras dos Serviços de "Valet Service", válido."

Uau, o que mudou aqui em relação ao decreto anterior? Passa a exigir o CREA, um profissional com registro no CREA, no croqui ilustrativo excluiu as previsões constantes nas alíneas "b" e "d", do Inciso II do "caput", que eram... bom, se sumiram depois a gente entende por que; transferiu um texto da alínea "c" para a atual "b". Bom, alguns rearranjos aqui, acho que o mais importante é entender por que foram suprimidos os itens do texto anterior. Não sei se vocês têm isso fácil para esclarecer para a gente, lembram esse ponto?

Ah, estou vendo aqui um texto que foi excluído: "obrigatoriedade de apresentação de documentos comprobatórios de atendimento às exigências de ter motoristas devidamente





uniformizados e identificados, bem como treinados mediante curso profissionalizante, com carga mínima de 8 (oito) horas.” Ter, tanto as obrigações de manter motoristas uniformizados e identificados e da realização do curso estão previstas na lei e foram transferidas para as disposições gerais do decreto.

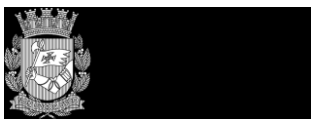
Excluiu a necessidade de apresentação de documentos comprobatórios de funcionamento devidamente licenciado por parte do estabelecimento que utiliza o *valet*, passando a exigir somente a comprovação de que a empresa esteja regularmente constituída.

Excluiu o §1º com a redação dada pelo decreto de 2009, que “estabelecia exigências quanto ao local de estacionamento dos veículos”; excluiu o §2º, que tratava da “obrigação de apresentar a relação dos motoristas que serão responsáveis pelo serviço de manobra e guarda de veículos, acompanhadas de cópias autenticadas das respectivas carteiras de habilitação e dos documentos comprobatórios de sua participação no curso profissionalizante.”

Eu acho que a gente nem precisa, já que são 24 artigos, a menos que os Vereadores entendam diferente, continuar com a leitura aqui em voz alta de todos eles, uma vez que os Vereadores vão receber uma cópia dos decretos e com essa comparação. Como comentário inicial aqui, eu vejo que já foram suprimidos alguns documentos e para mim faz sentido que tenha sido.

Quer dizer, você está pleiteando a emissão de um Termo de Permissão de Uso pela prefeitura regional e autorização de embarque e desembarque pela CET, quer dizer, já começa que tem dois órgãos diferentes para você pedir as autorizações. Imagino se anda num lugar e não anda no outro, como é que seria o andamento disso? Ou se a Prefeitura espera que a CET dê a autorização de embarque e desembarque, ou a CET espera que a Prefeitura emita a TPU? Talvez a gente já tenha alguma sugestão a fazer nesse sentido.

Talvez, só que elocubrando, imagina que você ainda está nessa fase de pedir a TPU e pedir a autorização de embarque e desembarque para a CET e já tem que apresentar a



RODÍZIO: 01-11

TAQUIGRAFO(A):

EVENTO: 17208

DATA: 10/04/2018

FOLHA: 17

ORADOR(A): CPI DOS VALETS

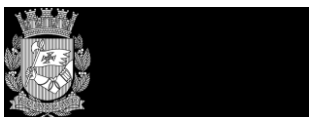
lista com o nome, a foto, o RG, a comprovação de participação do curso dos motoristas que vão ser os prestadores de serviço. Isso é muito mais o caso de uma investigação, uma fiscalização permanente, melhor dizendo, porque na hora de pedir o TPU a empresa pode apresentar uma lista de motoristas e, ao longo do tempo, já não são mais os mesmos motoristas.

Então, acho que a gente tem que pensar em como que a gente pode sugerir que sejam instituídos procedimentos de fiscalização para ver se a empresa está operando constantemente, permanentemente, nos conformes da lei. E acho que a gente pode analisar, inclusive, se os documentos todos que estão solicitados para a autorização de trabalho, vamos colocar assim, a emissão da autorização pela CET e do TPU pela Prefeitura, se realmente é o caso de se exigir todos esses documentos, como por exemplo: a regularidade, a inscrição no CCM, no ISS do restaurante ou da casa de *show*, do estabelecimento ao qual o serviço de *valet* está ligado.

Acho para isso cabe uma outra fiscalização da Prefeitura. Com *valet* ou sem *valet*, se o restaurante recolhe ISS, se está inscrito no Cadastro de Contribuintes Mobiliários não é a empresa do *valet* que tem de ter isso como condição. Entendo dessa forma, assim, já tendo sido subprefeita, eu já tive de lidar com processos caudalosos, com uma porção de documentos que não tinham necessariamente relação com a atividade pretendida.

Então, por isso que eu disse, a gente tem de pensar se a Prefeitura está agindo a serviço da regularidade, quer dizer, realmente fazendo as exigências necessárias para que os empresários de boa fé consigam se regularizar ou se estabelece tantas dificuldades que desencorajam o empresário de boa fé de regularizar a sua atividade e cria todo um mundo paralelo, que a gente sabe muito bem, das dificuldades criadas para as facilidades vendidas e aí, de fato, os de boa fé são prejudicados e os de má fé conseguem prosperar.

**O SR. FABIO RIVA** – Vereadora, só queria fazer um comentário, acho que de suma importância, a senhora mencionou que uma das coisas que a motivaram a propor esta



CPI foi um acidente que ocorreu de um manobrista embriagado. Quando nós falamos na questão da legislação, o que me preocupa bastante é a questão da responsabilidade civil e criminal em casos similares a esse que a motivaram.

Quando a gente coloca uma restrição, ou melhor, quando a gente impõe ao prestador de serviço, porque na verdade quando um restaurante contrata um serviço de *valet*, na maioria das vezes tem um contrato de prestação de serviços, e esse contrato de prestação de serviços tem a responsabilidade civil, criminal e trabalhista, até por conta da própria legislação.

Agora, com a reforma, de uma forma ou de outra, auxilia a esse tipo de serviço, que é o trabalho intermitente, que é aquele que a gente chamava de extra, que você pegava, você tinha durante a semana o funcionamento de um restaurante que tinha dois manobristas e chegavam os finais de semana aumentava esse número para sete, oito, até dez manobristas, dependendo do tipo de estabelecimento.

Esses funcionários extras não tinham nenhuma vinculação legal, não eram amparados pela legislação trabalhista, recebiam por dia trabalhado e muitas vezes não tinham nenhuma qualificação. Era gente que trabalhava em algum estacionamento durante a semana e se aproveitava do final de semana para ganhar algum extra e fazer esse tipo de trabalho.

Então, isso também é uma coisa que me preocupa e muito, porque quando você trata de uma responsabilidade civil, e aí você tem a responsabilidade direta e a responsabilidade subsidiária e solidária do próprio estabelecimento de quem o cliente vai frequentar. Porque, quando você busca um *valet* você tem como alvo principal o estabelecimento que você vai, ou um restaurante, ou um bar e o *valet* é um serviço oferecido por esse estabelecimento.

Então, eu acho que a gente também aqui na própria CPI precisaria analisar bem esse caso. Como a gente também pode amparar, tanto o proprietário do estabelecimento do bar, restaurante, enfim, que contrata o serviço de *valet*, como também o próprio cliente que se



RODÍZIO: 01-11

TAQUIGRAFO(A):

EVENTO: 17208

DATA: 10/04/2018

FOLHA: 19

ORADOR(A): CPI DOS VALETS

utiliza e paga por aquele serviço de guarda do seu veículo. Porque ao passo que esse condutor pegue o veículo, ele, de uma forma ou de outra, passa a responder pelos atos dele, enfim, pela atividade fim, que é a guarda do veículo e aí você tem todas aquelas outras questões inerentes a isso, que são: furtos de objetos dentro dos próprios veículos, o roubo muito de estepe, que é muito comum e eu já fui vítima disso, de óculos escuros.

Enfim, nós temos um papel importantíssimo no sentido de dar esse amparo, principalmente com a nova legislação trabalhista, que hoje facilita para que as empresas possam, de uma forma legal, contratar o seu trabalhador extra pelo trabalho intermitente e ganhe por aquele período, tenha a responsabilidade civil, criminal e trabalhista. E aí, de uma forma ou de outra, a gente acaba amparando aquele que vai ser o lesado, a vítima, que normalmente pode ser o próprio proprietário do veículo, que deixa o veículo para o serviço de *valet*, como também o transeunte, que acaba sendo vítima, muitas vezes, da imprudência ou negligência do próprio condutor.

Acho que essas são as considerações iniciais e não sou um conhecedor do assunto, mas me comprometo a estudar bem essa questão da legislação, mas que a gente possa aqui buscar algumas alternativas e dar condição de desburocratizar, que acho que esse é o papel da Prefeitura na agilização da permissão de uso desse serviço, mas que tenha algumas garantias legais que a gente tem de prevalecer na legislação.

Muito obrigado.

**A SRA. PRESIDENTE (Soninha Francine)** – A Vereadora Edir Sales quer se manifestar?

**A SRA. EDIR SALES** – Pela ordem, eu gostaria mesmo de falar, endossando as palavras, inclusive do Vereador Riva, sobre a desburocratização, porque é uma forma que tem de se fazer uma coisa mais célere, para que se ofereça oportunidade para que todos trabalhem dentro da legalidade. E também a investigação, que eu acho importante, dos seguros, porque o *valet* tem de ter seguro.



Então, essa investigação do seguro das empresas de *valet* é muito importante, porque ainda, aproveitando o seu exemplo inicial, o objetivo principal que a levou a convocar esta CPI, a criar esta CPI, porque havia um motorista alcoolizado e não respondeu. Se não tiver o seguro, como é que a empresa é obrigada a responder por esse veículo? Veículos roubados, veículos batidos, muitas vezes você vai num bar...

Por exemplo, *buffets*, os *buffets*, casamentos, festas, festa de 15 anos, aniversário, enfim, os *buffets*, 99%, para não falar 100%, eu acho que 100% utilizam-se de *valets*. Então, alguns *valets* pagos, outros não, dependendo de quem faz a festa, mas alguém paga. Ou quem faz o evento ou o próprio usuário do carro, o próprio motorista, que vai entrar nesse *buffet*.

Então, é importante realmente essa questão do seguro. É importantíssimo, acho que um dos pontos chave desta CPI, fora a regularização do comércio, do estabelecimento, que é fundamental nesse momento, que aí a gente acaba fazendo mais do que uma investigação. Várias investigações estão embutidas aí. Com certeza o escopo desta CPI é muito importante nesses vários sentidos.

**A SRA. PRESIDENTE (Soninha Francine)** – É verdade, está ampliando o escopo. Vereador Fernando Holiday?

**O SR. FERNANDO HOLIDAY** – Obrigado, Presidente. Antes de mais nada, gostaria de parabenizar a Presidente, Vice-Presidente e Relator eleitos aqui nessa reunião e dizer que concordo, principalmente com o que acabou de dizer a Vereadora Edir Sales.

A questão do seguro é realmente muito importante, não somente por conta de possíveis questões trágicas, como a que motivou a criação desta CPI, como também de pequenos furtos, como bem disse o Vereador Fabio Riva. Muitos clientes acabam sofrendo desse mal e muitas vezes não têm essa informação por parte das empresas que prestam esse serviço.

Mas, acho que algo ao qual a CPI deve se focar e me parece que focará é justamente nessa desburocratização, porque muitas vezes se criam inúmeras regras, inúmeras



RODÍZIO: 01-11

TAQUIGRAFO(A):

EVENTO: 17208

DATA: 10/04/2018

FOLHA: 21

ORADOR(A): CPI DOS VALETS

burocracias, tentando se passar a impressão de que na verdade estamos combatendo irregularidades, mas o resultado acaba sendo justamente o contrário. As regras acabam sendo inúmeras, impraticáveis pelo empresário e pela empresa como um todo, e na verdade acabam sendo quase que obrigados a se jogar na irregularidade.

Então, acho que caberá também a esta CPI o importante papel de desburocratizar para que se tenham, obviamente, regras e uma regulação que seja compatível com a realidade, que seja possível de se cumprir por essas empresas.

Obrigado.

**A SRA. PRESIDENTE (Soninha Francine)** – Quero só confirmar se a gente aprovou aqui um requerimento de pedido de informações à CET, já que ela é a responsável pela emissão da permissão. Caso não tenha sido incluída, proponho que a gente aprove imediatamente esse pedido e quero desdizer o que eu disse antes.

Imagino que a gente já possa, além de pedir as informações, eu não sei se seria o caso de fazer um requerimento à parte, além de pedir as informações, convidá-los também para estarem aqui. Porque a respeito, por exemplo, da fiscalização sobre a contratação do serviço de seguro, se a gente não souber logo quais são aqueles que são considerados regulares, para que a gente investigue se estão de fato regulares, a gente pede a informação, a gente diz que informação a gente vai querer e que eles já venham aqui para tirar outras dúvidas que tenhamos.

Então, estou sugerindo duas coisas; um pedido de informações à CET e um convite ao responsável pela área, pelo setor encarregado dessa emissão, ou setores, imagino que seja dividido por jet, e o convite para alguém da Secretaria de Prefeituras Regionais também já vir para cá de posse dessas informações que estamos solicitando. Dois convites: um convite para a CET, já de posse dessas informações a respeito da emissão de permissão de estacionamento, quantas foram feitas, quantas foram autorizadas e quantas estão solicitadas e ainda não foram autorizadas.



- Manifestação fora do microfone.

**A SRA. PRESIDENTE (Soninha Francine)** – Então, mas dirigido às Prefeituras Regionais e não à CET. Relendo o decreto agora, vi que são duas autorizações diferentes. São dois órgãos, cada um emitindo a sua autorização. E, por segurança, entendo que talvez eles não consigam, daqui a uma semana, mesmo recebendo hoje por *e-mail*, providenciar essas informações todas. Então, que a gente faça o convite para daqui a 15 dias.

Então, melhor redigir rapidamente o texto para garantir que a gente aprove exatamente o que foi pedido. Só para confirmar aqui se temos o mesmo entendimento; solicitar informações à CET nos mesmos termos que a gente aprovou para as prefeituras regionais, saber quantos pedidos foram atendidos e que foi expedida essa autorização ou permissão, não sei bem qual é o termo que eles usam e quais aguardam apreciação e autorização Porque se a gente descobrir que alguém entrou com um pedido na CET em agosto do ano passado e até agora não foi resolvido, essa é uma informação muito importante, a CET que diga: “não, falta gente, falta isso, falta aquilo, não adianta, ninguém consegue atender a regra, não consegue por que”.

Então, só esperar a assessoria redigir... Porque tem muita coisa aqui para a CET responder “a emissão de autorização de que trata esse artigo e a correspondente sinalização obedecerão aos critérios estabelecidos por normas técnicas específicas editadas pela CET”, quero saber se essas normas já foram editadas. “O tipo de sinalização deverá ser especificado na autorização que se refere esse artigo”, “estudo técnico da CET poderá concluir pela necessidade de estabelecer um local diverso”, então, tem muita coisa aqui atribuída à CET que eu não sei se eles mesmos já definiram. No âmbito da área técnica da companhia, qual é a regra?

Nem sei também se precisaria da assinatura do engenheiro com CREA para entregar o croqui, eu sempre fico desconfiada quando o cidadão tem que entregar o croqui, que diz respeito a uma área pública. Assim, a gente tem de ter o Cadlog do lote e a medida da



via, aliás é uma contradição interna das regras, porque o passeio público é responsabilidade do dono do lote, mas a área abrangida pela CET vai de uma testada a outra, quer dizer, a calçada é o passeio público, mas de responsabilidade privada.

**O SR. FABIO RIVA** – Vereadora Soninha, quando a gente fala em desburocratizar, esse é um ponto importante, porque se você tem lá a largura, a CET já determina aquilo que é o padrão para que você possa apresentar, protocolar o pedido de autorização de *valet*.

Eu sou muito a favor, quando a gente fala em desburocratização, do autodeclaratório. Quando você tem um engenheiro que já, está lá, coloca o seu CREA, informa que a testada do imóvel é de cinco, 10, 15 metros, ele já faz o croqui de acordo com o que fala a legislação, ou seja, o regramento da CET. A CET só tem de passar depois para fiscalizar para ver se ele cumpriu. Então, ou seja, a gente já desburocratiza nesse sentido.

Então...

**A SRA. PRESIDENTE (Soninha Francine)** – Nesse sentido, a declaração do engenheiro afirmando ali “Eu me responsabilizo.”. Tem razão. Tem razão.

- Falas simultâneas.

**O SR. FABIO RIVA** – O engenheiro afirmando: “Eu me responsabilizo.”. É isso.

**A SRA. PRESIDENTE (Soninha Francine)** – Para desburocratizar. É isso.

**O SR. FABIO RIVA** – A presunção da veracidade é em primeiro lugar.

**A SRA. PRESIDENTE (Soninha Francine)** – É verdade.

**O SR. FABIO RIVA** – E outra, o que a gente tem que criar são as penalidades a esse engenheiro, arquiteto, enfim, que descumpra aquilo que está na legislação, ou seja, ele tem de ter as penalidades dele, advertência, aí são pelo próprio órgão da categoria deles.

Então eu acho que essa questão da desburocratização parte desse princípio. Isso não é só na questão... Quando a Prefeitura agora, no Governo João Doria, criou o Via Rápida,





RODÍZIO: 01-11

TAQUÍGRAFO(A):

EVENTO: 17208

DATA: 10/04/2018

FOLHA: 24

ORADOR(A): CPI DOS VALETS

para desburocratizar todo processo de licenciamento, ele busca em todos esses momentos buscar essa alternativa de facilitar para que o contribuinte, o solicitante, tenha agilidade na sua...

A gente sabe que, infelizmente, quem trabalhou já, V.Exa. já foi prefeita regional, eu já tive uma experiência dentro da Regional de Pirituba, a gente sabe que é quase que humanamente, pelo número de funcionários, para fazer análise em todos os processos. Então, ou seja, para que você aguarde uma deliberação de um servidor para que possa autorizar um serviço de *valet*, ou o início de uma construção nova, muitas vezes o próprio contribuinte vai para irregularidade pela morosidade do próprio Poder Público.

Hoje, o trabalho é inverso. A gente tem que estar trabalhando no autodeclaratório, na presunção da veracidade, em primeiro lugar, e as punições, inerentes ao proprietário da obra, ao proprietário do estabelecimento, ao prestador de serviço que solicita, que, de uma forma ou de outra, buscou burlar essa legislação. Aí sim a fiscalização da Prefeitura tem de ser efetiva e aí sim chegar, em até último caso, à lacração, interromper as atividades do solicitante.

Essas são as minhas considerações.

**A SRA. PRESIDENTE (Soninha Francine)** – Olhe só, Vereador, Vereadora Vice-Presidente, tem que ser uma declaração técnica, subscrita por profissional com registro no CREA. Ele tem de fazer a declaração técnica com a localização do estabelecimento que os veículos serão guardados. Desculpa, precisa de uma declaração técnica subscrita por um engenheiro com CREA para dizer onde é o estacionamento?

Outra coisa, o Decreto já não faz mais menção expressa, mas a lei determina que os manobristas deverão estar devidamente uniformizados, identificados com crachá, *ok?*, treinados mediante curso profissionalizante, com carga mínima de oito horas.

Eu me pergunto se existe esse curso profissionalizante, eu gostaria que a assessoria da Comissão nos ajudasse nessa pesquisa: se existe um curso profissionalizante para manobristas com carga mínima de oito horas. (Pausa) Não que eu saiba, mas se vocês



RODÍZIO: 01-11

TAQUIGRAFO(A):

EVENTO: 17208

DATA: 10/04/2018

FOLHA: 25

ORADOR(A): CPI DOS VALETS

puderem, por favor, fazer essa pesquisa.

Eu gostaria, também de pedir, quero pedir para a assessoria, que sejam enviados os anexos do Decreto para a nossa análise, com comentários se vocês acharem pertinentes, sobre o modelo do anexo do preenchimento das informações.

Outra coisa, Vereador, a Prefeitura, alegadamente imbuída da digitalização, da desburocratização. Então me diga por que tem que se entregar... Olhe só: “Croqui ilustrativo da área de atuação pretendida em duas vias.”. É bizarro. A gente tentando digitalizar todos os processos e você pede para entregar o croqui em duas vias, quando se for tudo isso tramitado em papel mesmo já não devia, não precisaria. Escaneia, tira uma cópia, tira uma foto. Bizarro. Duas vias do croqui mostrando uma área pública – uma área pública – que é a área de embarque e desembarque, conforme o engenheiro disse que tem de ser.

Se existe uma regra, como disse o Vereador Fabio Riva, se existe uma regra eu tenho de dizer: olha, está aqui o croqui seguindo a regra. Enfim. Revoltada com essas coisas.

Deixa eu ver os requerimentos. (Pausa)

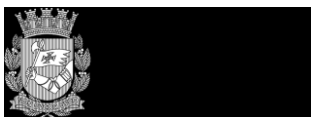
Para aprovação de outros requerimentos, só aguardar a Vereadora Edir Sales para ela tomar conhecimento e fazer comentários, se for o caso.

Enquanto isso - claro que a Vereadora já vai voltar -, eu acredito que a gente podia manter o seguinte cronograma: em princípio, as reuniões são semanais, ficam convocadas para toda semana, podendo ser desmarcadas se não tiver chegado nenhuma informação se não tiver nenhum convidado confirmado presença. Vocês concordam?

Vereadora Edir não sei se a senhora ouviu. A gente, em princípio, deixa reservado semanal para uma reunião semanal. Caso a gente saiba antecipadamente que não tem motivo suficiente para que a gente se reúna...

**A SRA. EDIR SALES** – Aí faremos quinzenal.

**A SRA. PRESIDENTE (Soninha Francine)** – ...a gente desmarca e fica convocada para a semana seguinte.



RODÍZIO: **01-11**

TAQUIGRAFO(A):

EVENTO: **17208**

DATA: **10/04/2018**

FOLHA: **26**

ORADOR(A): **CPI DOS VALETS**

Então, diante disso, não sei se é hora que eu posso fazer isso. Primeiro aprova os requerimentos ou tanto faz? (Pausa) Então sugerir - sugerir não – comunicar que a próxima reunião da CPI, a próxima reunião ordinária será na próxima terça-feira, às 11h15min. Se for o caso, a gente comunica aos Vereadores e desmarca de véspera.

Agora, a aprovação, a deliberação dos requerimentos:

- É lido o seguinte: (convite CET enviar representante...)



RODÍZIO: **01-11**

TAQUIGRAFO(A):

EVENTO: **17208**

DATA: **10/04/2018**

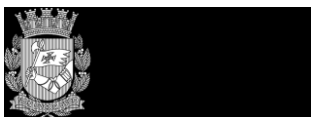
FOLHA: **27**

ORADOR(A): **CPI DOS VALETS**

**A SRA. PRESIDENTE (Soninha Francine)** – Quero acrescentar aqui: em especial. Permissões concedidas, permissões solicitadas e ainda não concedidas. Além – juro que eu escrevo – além do disposto no artigo 4º, quanto ao modelo – modelo não necessariamente porque já é um anexo já está – quanto às normas técnicas específicas editadas pela CET para emissão e autorização de que trata esse artigo.

Se os Vereadores estiverem favoráveis, permaneçam como estão. Está aprovado.

- É lido o seguinte: (requerimento à SMPR, solicitando envio de representante...)



RODÍZIO: **01-11**

TAQUIGRAFO(A):

EVENTO: **17208**

DATA: **10/04/2018**

FOLHA: **28**

ORADOR(A): **CPI DOS VALETS**

**A SRA. PRESIDENTE (Soninha Francine)** – Posso dizer especialmente às informações solicitadas no requerimento tal de tal. *Ok.*

Os Vereadores favoráveis permaneçam como estão. Está aprovado.

Ah! Aqui já tem, desculpem, já tem um requerimento para a CET falando especificamente das informações.

- É lido o seguinte: (Requerimento à CET...)



RODÍZIO: 01-11

TAQUIGRAFO(A):

EVENTO: 17208

DATA: 10/04/2018

FOLHA: 29

ORADOR(A): CPI DOS VALETS

**A SRA. PRESIDENTE (Soninha Francine)** – Pedido de informações da CET a respeito das emissões de licenças – acho que é autorização o termo que eles usam – bem como a quantidade de pedidos em análise no referido órgão, quantos e quais foram deferidos.

Os Vereadores favoráveis permaneçam como estão. Está aprovado.

Pergunto aos Vereadores se tem mais alguma coisa que queiram...

**A SRA. EDIR SALES** – Acho que está completo, está muito bem conduzida essa reunião.

**A SRA. PRESIDENTE (Soninha Francine)** – Pergunto à assessoria se tem mais alguma coisa que queiram contribuir. (Pausa)

Não havendo mais nada a tratar, declaro encerrada esta reunião.